



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013487-15.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Karina Santos da Costa Fontana**
 Embargado: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

KARINA SANTOS DA COSTA FONTANA, já qualificada, opôs os presentes embargos à execução que lhe move BANCO SANTANDER S/A, também qualificada, alegando seja aplicável, no caso, o Código de Defesa do Consumidor porquanto se trate de prestação de serviço bancário onde a instituição financeira cede crédito a destinatário final, nos termos da Súmula 297 do STJ, de modo deva ser invertido o ônus probatório, reclamando, ainda, excesso de execução porquanto houve capitalização mensal de juros que estaria vedada conforme artigos 4º e 11 do Decreto nº 22.626/33 e Súmula 121 do E. Supremo Tribunal Federal, que a seu ver não foi revogada pela Súmula 596 da mesma E. Corte, inclusive porque, a Medida Provisória 1.963-17, de 30 de março de 2000, sucessivamente reeditada até a Medida Provisória 2.170-36 de 23 de agosto de 2001, padeceria de vício de origem por violar a Lei Complementar nº 95, de 26.02.1998, que dispõe em seu artigo 1º e parágrafo único, havendo também Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada como ADIN nº 2316-1 contra o artigo 5º, 'caput', e parágrafo único do referido ato normativo, à vista do que entende que enquanto pendente de julgamento a referida ação nenhuma forma de capitalização poderia ser autorizada com lastro no impugnado art. 5º, da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, apontando que mesmo a utilização da *Tabela Price* como método de amortização importaria em indevida capitalização de juros, passando a impugnar a cobrança da comissão de permanência ou de qualquer outro encargo moratório para efeito de apurar-se o saldo devedor, à vista do que requereu seja declarada a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 e n.º 2.170-36/2001, ou alternativamente seja declarada a ausência de previsão contratual autorizando a capitalização de juros, revisando-se os cálculos elaborados pelo Banco-réu, que seja declarada ilegal a cobrança de comissão de permanência cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa, a fim de que seja recalculado o saldo devedor à luz do Código de Defesa do Consumidor, fixando-se o valor de novas prestações, excluída a cobrança de juros sobre a taxa de cadastro ou renovação de cadastro, registro do contrato, serviços de terceiro e de emissão de carnê, substituindo-se a tabela *Price* pelo *Sistema de Gauss*, com limitação dos juros se à taxa legal de 12% a.a., abatidos os valores pagos a maior com correção monetária pela Tabela Prática do Eg. Tribunal de Justiça, juros de mora de 1%, e em dobro, como determina o artigo 42, parágrafo único do CDC, excluindo-se, ainda, da cobrança, a Tarifa de Abertura de Crédito e a Tarifa de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Emissão de Carnê/Boleto.

O embargado apresentou impugnação alegando, em preliminar, inépcia da inicial na medida em que a embargante não cumpriu o disposto no §3º do art. 917, CPC, declarando na petição inicial o valor que entende correto, nem mesmo apresentou memória do respectivo cálculo; no mérito aduz sejam os embargos protelatórios na medida em que a embargante não negou a dívida, devendo os embargos serem rejeitados liminarmente, apontando que os juros cobrados seriam compatíveis com a taxa média de mercado para operações desta espécie à época da contratação, além do que a redução dos juros a 12% ao ano contrariaria a Súmula 382 do STJ, não havendo, por outro lado, se falar em capitalização ou anatocismo por conta de que os juros, mensalmente liquidados com o pagamento da prestação, atende à orientação fixada no julgamento do Recurso Repetitivo n.º 973.827-RS, além do que a legalidade da capitalização nos contratos celebrados após 31/03/2000 teria por fundamento a Medida Provisória n.º 1.963-17/2000, em vigor como MP n.º 2.170-01, refutando a tese de abuso na cobrança de encargos moratórios porquanto, para o período da mora, aplica encargos equivalentes ao custo financeiro estipulado para a normalidade acrescida de 1% a.m. a título de juros moratórios, e multa de 2% não havendo cobrança da comissão de permanência cumulada com multa de mora, nem tão pouco em cobrança errônea de referido encargo, sem embargo do que sustenta que a comissão de permanência e a multa de mora constituem encargos diferentes e inconfundíveis, pois enquanto a comissão de permanência tem evidente caráter de atualização da dívida a multa de mora é uma sanção, conforme declaração de legalidade contida em decisão proferida pelo E. Superior Tribunal de Justiça, nos autos o Recurso Especial 1058114/2010, indicando também que a aplicação da *Tabela Price* não é vedada pelo ordenamento jurídico e que não haveria abusividade das cobranças das Tarifas de Abertura de Crédito (TAC), Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e Tarifa de Cadastrado (TC), de modo a concluir pela improcedência dos pedidos da inicial, condenando a autora nas custas, despesas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

Preliminarmente, ficam indeferidos os benefícios da justiça gratuita à embargante/executada, porquanto não haja nos autos prova que faça presumir que não tenha renda suficiente a permitir-lhe custear o processo sem privar-se do imprescindível à sobrevivência.

Cumprido destacar, em sede de preliminar, que os embargos revelam claro intuito protelatório, uma vez que carecem de uma mínima especificidade, buscando a revisão do título executivo a partir de repisadas teses envolvendo capitalização de juros e contagem de juros sobre juros (anatocismo) alheias à realidade do contrato.

Em circunstâncias tais caberia lembrar que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do art. 319, do Código de Processo Civil, a *“expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido”*, requisitos esses que *“a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida”*, pois da clareza desses dados dependerá *“que o réu possa preparar sua defesa”* (cf. MOACYR AMARAL SANTOS ¹).

Mas não é só: *“fatos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir”* (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO ²).

Ora, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que *“insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações”* (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a *“alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório”* (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ³).

Prova de que nosso processo civil adota tais preceitos vem descrita expressamente no §2º do art. 330, do Novo Código de Processo Civil, que assim determina: *“nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito”* (o grifo é nosso).

Segundo aponta a doutrina tratando do referido dispositivo legal, *“não basta que o autor formule o pedido de revisão dos valores inerentes ao contrato, deve precisar qual é a obrigação que deseja controverter, além de especificar o quantum do débito é incontroverso, uma vez que esse deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados ao longo do desenvolvimento do processo (ou seja, tornar o pedido de revisão o mais determinado possível)”* - cf. GEORGES ABBoud E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS – os grifos são nossos ⁴.

E assim se exige porque, ainda segundo apontado na doutrina, *“houve um equívoco cometido nos primeiros tempos de aplicação do Código de Defesa do*

¹ MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

² CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

³ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁴ GEORGES ABBoud E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, n. 3. ao art. 330, p. 844.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Consumidor: o de se pressupor estar diante de um contrato com cláusulas necessariamente abusivas, tão somente pela desigualdade das posições das partes, na formação do contrato de adesão” (cf. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros ⁶).

A partir dessa equivocada premissa, conclui TERESA ARRUDA ALVIM, *“muitas dessas ações foram ajuizadas sem um mínimo de fundamento fático ou jurídico, no intuito exclusivo de protelar o cumprimento de obrigações contratuais, sendo evidente a má-fé (processual e contratual) por parte desses autores” (idem, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros ⁷ - os grifos constam do original).*

Ou seja, não caberiam conhecidos estes embargos, operação que somente se toma em conta de Juízo de valor a fim de afastar risco de nulidades ou reiteração de postulações da mesma natureza.

Assim é que, no mérito, temos que, nos termos do que regula a Súmula 14 pela Egrégia Turma Especial da Subseção de Direito Privado II, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *“A cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10931/2004 é título executivo extrajudicial”.*

E não é só, porquanto conforme precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *“há de prevalecer a constitucionalidade da Lei 10.931/04, ao atribuir efeito executivo a cédula de crédito bancário, nos termos do seu art. 28, cujo princípio da imperatividade assegura a auto-executoriedade das normas jurídicas, até que a referida norma venha a ser extirpada do ordenamento com o reconhecimento de sua inconstitucionalidade pelo STF, não se tendo notícia que isso tivesse ocorrido até o momento” (cf. AI nº 990.10.260057-2 - Vigésima Câmara de Qireito Privado do Tribunal de Justiça – 13.09.2010 ⁸).*

No caso analisado, a cédula de crédito bancário executada trouxe consigo planilha de cálculo, acostada às fls. 27/28 dos autos da execução, de modo que não há o que se pretender careça de liquidez, valendo destacar, a prova de que os valores indicados no título foram efetivamente utilizados pelo cliente está na própria natureza do título, emitido com a confissão de dívida e promessa de pagamento.

No que respeita às alegações de prática de anatocismo e de aplicação de juros em taxas elevadas, cumpre feitas as seguintes observações.

Em termos gerais, em relação à regulação da taxa de juros admitida pela lei, cumprirá lembrar que *“A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº*

⁶ TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

⁷ TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

⁸ www.esaj.tjsp.jus.br.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011⁹).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: *“a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”*.

Ou seja, não há juridicidade no argumento da limitação da taxa de juros, inclusive porque haveria necessidade de efetiva demonstração dessa disparidade de percentuais, conforme apontado pelo Superior Tribunal de Justiça: *“Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros”* (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012¹⁰).

No que diz respeito à capitalização dos juros e uma consequente contagem de juros sobre juros, o que cumpre considerar é que, no caso analisado, a Cédula de Crédito foi emitida pelo valor de R\$ 82.363,87 para pagamento em quarenta e oito (48) parcelas (vide fls. 35).

Ou seja, para que se possa obter o valor de parcelas iguais, os juros foram *pré-fixados*, aliás, conforme expressamente indicado na *cláusula 11*, conferíveis às fls. 35.

Em tais circunstâncias torna-se aritmeticamente impossível falar-se em capitalização de juros, atento a que os juros são incluídos em cada parcela pelo valor integral, sem que reste saldo *“de juros”* para inclusão (= *capitalização*) no valor da parcela do período seguinte.

Assim é que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *“no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”* (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013¹¹).

E o é porque *“em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida”* (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012¹²).

A própria afirmação de excesso de execução, aliás, estaria comprometida, a partir dessa generalidade do argumento, pois, conforme nos permite constatar a leitura do disposto no §5º do art. 739-A, do Código de Processo Civil, *“Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento”*.

Diante dessas considerações, fica evidente que a pretensão de ver realizada perícia contábil tem objetivo exclusivamente protelatório.

⁹ www.esaj.tjsp.jus.br

¹⁰ www.stj.jus.br/SCON

¹¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

¹² www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Rejeita-se a postulação, portanto, nessa parte.

Quanto a que tenha se cuidado de contrato padronizado, que a embargante nomina como *de adesão*, cabe lembrar que o fato em si não pode significar abuso ou desigualdade suficiente a tornar necessária a revisão judicial, porquanto conforme já decidido, mesmo o Código de Defesa do Consumidor “*não fulmina de nulidade todos os ajustes, mesmo nos contratos de adesão, que possam ser havidos, posteriormente, pelo contratante de menor poder econômico como desfavoráveis a ele em algum aspecto*” (Ap.nº. 522.303-00/6 – 2º TACSP – v. u. - VIEIRA DE MORAES, Relator).

Por todo o exposto, os embargos são improcedentes, cumprindo, assim, ao embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos, opostos por KARINA SANTOS DA COSTA FONTANA contra BANCO SANTANDER S/A, em consequência do que CONDENO o embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 22 de janeiro de 2018.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**